

Um prelúdio para o regresso do capital monopolista

O hibridismo de Lukács na construção da alternativa chinesa ao sistema do capital

A prelude to the return of monopoly capital

Lukács' hybridism in the construction of the Chinese alternative to the capitalist system

samuel spellmann*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.011>

<https://www.aiib.org/>



Fachada da sede do AIIB (Asian Infrastructure Investment Bank, ou Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura), em Pequim, setembro de 2024

RESUMO

O papel da atuação estatal na economia tem sido redescoberto ao longo dos últimos anos. Embora o circuito do capital seja acelerado através das políticas anticíclicas dos bancos centrais do centro do capitalismo, não há adiamento perpétuo das contradições subjacentes à reprodução capitalista. O capital não pode se tornar, por um mero ato de ofício, mais capital. Se a reprodução capitalista depende necessariamente da continuidade da expansão dos capitais, é também verdade que essa mesma reprodução não se desprende da materialidade, embora busque perpetuamente dela afastar-se. A transição ao socialismo na China toma a forma do socialismo de mercado. Este artigo relaciona o conceito de hibridismo de Lukács e a sua relação com a transformação da economia chinesa. O texto se divide em dois grandes tópicos. O primeiro deles traz o hibridismo enquanto conceito marxista. O outro centro magnético é uma abordagem da atualidade histórica do capital monopolista. Caracterizá-lo implica necessariamente uma revisão do desenvolvimento teórico do conceito, para, na sequência, se poder abordar a raiz central do texto: uma vez que o hibridismo de modos de produção se expressou já na primeira natureza do capital monopolista, resta saber de que forma se apresentaria na atualidade histórica.

Palavras-chave: Hibridismo. China. Capital monopolista. Lukács. Socialismo com características chinesas. Nova era.

ABSTRACT

The role of state intervention in economy has been rediscovered over recent years. Although the capital circuit is accelerated through the countercyclical policies of central banks in the heart of capitalism, there is no perpetual postponement of the contradictions underlying capitalist reproduction. Capital cannot become, by mere bureaucratic action, more capital. If capitalist reproduction necessarily depends on the continuous expansion of capitals, it is also true that this same reproduction cannot detach itself from materiality, though it perpetually seeks to distance from it. China's transition to socialism takes the form of market socialism. This paper relates Lukács' concept of hybridity to the transformation of the Chinese economy. The text is divided into two main topics. The first addresses hybridity as a Marxist concept. The second focuses on the approach developed here concerning the historical relevance of monopoly capital. Characterizing it necessarily involves a review of its theoretical development in order to, subsequently, address the central issue of the text: since hybridity between modes of production was already expressed in the initial nature of monopoly capital, it remains to be seen how it presents itself in the current historical context.

Keywords: Hybridism. China. Monopoly capital. Lukács. Socialism with Chinese characteristics. New era.

Evidentemente, mesmo a parte da burguesia que aceita a economia planificada não a concebe da mesma forma que o proletariado: compreende-a como a última tentativa de salvar o capitalismo através do acirramento extremo de sua contradição interna. No entanto, mesmo assim abandona sua última posição teórica.

Georg Lukács, *História e consciência de classe*, p. 170

Todos nós vivemos, dizem, no mesmo planeta e compartilhamos um destino comum. Essa afirmação óbvia leva à conclusão de que a interdependência impõe a subordinação dos planos de todas as sociedades do planeta ao mesmo critério de racionalidade que governa a expansão mundial do mercado? Essa opinião, embora prevalente nos dias de hoje, não é apenas completamente equivocada, mas também infinitamente perigosa.

Samir Amin, *Delinking*, p. vii, tradução nossa

1. INTRODUÇÃO: O ESTADO NA REINVENÇÃO DO CAPITAL MONOPOLISTA

O papel da atuação estatal na economia tem sido redescoberto ao longo dos últimos anos. Nos países do capitalismo central, essa conhecida dinâmica tem voltado a ser tratada como corriqueira, necessária e mesmo desejada, desempenhando mais uma vez a sua função histórica na recuperação econômica após crises capitalistas. As principais rotas assumidas pelas correntes neokeynesianas dominantes atravessam a aquisição estatal de ativos e o fornecimento de crédito por via da criação de moeda, que logo é transferida diretamente ao grande capital privado. Traços dessa mudança de entendimento podem ser vistos na atuação da liderança do banco central dos EUA desde o início dos anos 1990 (Brenner, 2003, p. 235-252). Ben Bernanke famosamente declarou que “o problema com a *quantitative easing* é que ela funciona na prática, mas não em teoria”, ao passo que Alan Greenspan foi ao ponto de dizer que “não há nada que impeça o Governo Federal de criar tanto dinheiro quanto queira e dá-lo a alguém” (Kuchler, 2022, p. 232, tradução nossa).

Entretanto, embora o circuito do capital seja acelerado através das políticas anticíclicas dos bancos centrais do centro do capitalismo, não há adiamento perpétuo das contradições subjacentes à reprodução capitalista. O capital não pode se tornar, por um mero ato de ofício, mais capital. Se a reprodução capitalista depende necessariamente da continuidade da expansão dos capitais, é também verdade que essa mesma reprodução não se desprende da materialidade, embora busque perpetuamente dela afastar-se¹. Entender que uma hora

¹ A obra de Marx a todo momento nos relembra disso: “O mais-valor não pode ter origem na circulação, sendo necessário, portanto, que pelas suas costas ocorra algo que nela mesma é invisível.” (Marx, 2017, p. 223-253)

“todas as contradições vêm à superfície” (Mészáros, 1995, p. 446, tradução nossa²) implica também aceitar que o papel do Estado capitalista carrega em si os limites do sistema do capital. O limite teórico-prático da expansão monetária, descrito por Bernanke e Greenspan, localiza-se na dependência do sistema econômico estadunidense da supremacia do dólar e do seu sistema anexo de controle dos fluxos de valor em escala mundial, amparados pela hegemonia multiforme capitalista centrada nos Estados Unidos e por eles sustentada (Amin, 2018).

É nesse sentido que se questiona aqui a aceção de que o amparo financeiro emergencial das potências capitalistas seja uma resposta capaz de religar o funcionamento interno do sistema. Essa nova ignição carrega em si toda a provisoriedade assumida desde cedo por Keynes, isto é, ela posterga a resolução da crise, de novo alinhamento em novo alinhamento (Feldmann, 2020). Suas consequências aparecem no médio e longo prazo. Em 2022, o pacote de resposta emergencial à crise provocada pela covid-19 implicou, na forma do *quantitative easing* de 2020-2021, uma retomada global da inflação, perpassando tanto o centro como a periferia do sistema capitalista (Desai, 2022a; Desai, 2022b; Riley; Brenner, 2022).

Parte dessa resposta veio na forma de um ajuste geral do sistema, provocado pelo aumento da taxa de juros estadunidense. A recessão subjacente ao núcleo atlântico do capitalismo (Desai, 2022b), que já se projetava no final de 2022 (Khadan; Hill, 2023), emerge como uma incompatibilidade entre o regime neoliberal de longo prazo estabelecido há décadas e as necessidades atuais da reprodução capitalista. Esse regime é fundado na coexistência entre o ínfimo crescimento no núcleo do sistema capitalista, a contenção inflacionária provocada pela baixa demanda, a manutenção prolongada de taxas de juros próximas de zero e a continuidade ininterrupta das transferências de valor entre periferia e centro globais — sem as quais, como visto em 2020, o mercado mundial capitalista entra em colapso (Desai, 2022a). O mecanismo criado a partir daí alterna o amparo direto ao lado emergencial da crise econômica com o posterior retorno à dinâmica deflacionária própria da austeridade sob o capitalismo. Não se sabe, entretanto, até quando funcionará essa ligação direta do aporte produtivo do capital.

Conclusões apressadas sobre a resposta estadunidense à crise econômica desencadeada pela covid-19 povoaram o debate público na virada para a década de 2020. Sugeriu-se amplamente o fim do neoliberalismo, que seria substituído por um novo engajamento estrutural dos fatores de produção do capitalismo, alterando consigo a estrutura da reprodução social experimentada desde o início dos anos 1970 (Saad-Filho, 2020; Hameiri, 2021). Sua matriz teórica seria baseada numa reunião de fundamentos econômicos de escolas diversas (Riley; Brenner, 2022). De fato, há tempos se defende a retomada de alguma forma de política industrial e de uma nova atuação estatal no núcleo do capitalismo (Aiginger; Rodrik, 2020; Bonvillian, 2021; Chang; Andreoni, 2020; Siripurapu; Berman, 2022), que responderia ao desafio central da época: a competição com a China. Como observou ainda em 2019 o senador estadunidense Marco Rubio, “as apostas não poderiam ser mais altas, porque o seu resultado definiria o século XXI” (Rubio, 2019, p. 13, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, essas concepções não têm particularmente nada de novo. Desde antes da crise de 2008 a resistência social ao neoliberalismo já projetava respostas teóricas na

² No original, “alle Widersprüche zum Prozess kommen”. Na tradução de Castanheira e Lessa (Mészáros, 2011): “todas as contradições entram em jogo”.



Participação norte-americana no conflito russo-ucraniano é também uma expressão da persistência do keynesianismo de guerra nos EUA

literatura, sugerindo novas possibilidades de reformismo para o sistema³. O que se seguiu, particularmente nos últimos três anos, foi a mobilização de fatores de produção por via de crédito público nos países do capitalismo central, na direção de um amparo selecionado ao capital privado, em vias de promover a recuperação do aparato produtivo doméstico e a inovação industrial, como os marcos legais estadunidenses: U.S. Inflation Reduction Act (2022); CHIPS Act (2022); United States Innovation and Competition Act (2022); Endless Frontier Act (2022); Strategic Competition Act (2021).

Apesar disso, os problemas no processo de reprodução capitalista ligados à esfera da produção continuam a existir. O funcionamento regular das estruturas econômicas que permeiam o neoliberalismo exige, de um lado, a criação e o consumo de mercadorias em bases constantes, sem súbitas mudanças de aceleração, bem como a manutenção do padrão de acumulação esperado pela burguesia internacional. A crise causada pelo Sars-CoV-2 provou que isso vai de encontro à realidade das crises sanitárias globais (Desai, 2022).

A resposta dos EUA apontou não só para novos limites do engajamento do Estado na economia capitalista. A expressão política desse engajamento indica um abandono da tentativa de manutenção do padrão social da população do país central do sistema capitalista. Sob o aspecto da crise humanitária provocado pelo Sars-CoV-2, a rápida suspensão dos pacotes de ajuda governamental e o silêncio a respeito da formalização de qualquer estrutura centralizada de política pública de saúde contrastaram com o direcionamento do excedente para três setores específicos da atividade econômica: os setores mais especulativos da alta finança; os mercados financeiros dos EUA; e, em última análise, a indústria bélica (Foster,

³ O que explica parcialmente o revival de Karl Polanyi em meados dos anos 2000, como em Arrighi (2008).

2022a). É nesse sentido que vários apontaram: a emergência da Guerra Russo-Ucraniana revelou, na participação dos países do capitalismo central no pretense esforço de guerra liderado pelos EUA, a continuidade do militarismo como principal adereço da política econômica dos Estados Unidos, o keynesianismo de guerra (Desai, 2022a; Dunford, 2022; Foster, 2022b; Spellmann, 2022).

Como se sabe, a guerra no Leste Europeu foi antecedida por uma significativa queda na lucratividade dos ativos (Roberts, 2019). Em 2019, com uma recuperação econômica parcial, o núcleo do capitalismo foi lembrado pelos principais sinais da estagnação de que crises similares às das décadas anteriores se avizinhavam (Kotz, 2018). Tratando dos anos iniciais da década de 2010, Foster e McChesney (2012) localizam precisamente na estagnação do capitalismo⁴ a atualidade histórica da obra de Baran e Sweezy (1966).

Década após década, o capital monopolista tem produzido resultados de crescimento menores, com progressiva subutilização da capacidade instalada, e um deslocamento do excedente para a financeirização. Décadas atrás, Foster (1986), em *The theory of monopoly capitalism*, já indicava o potencial de reestruturação da economia ao redor da ampla financeirização da sociedade anônima sob o capital monopolista. Essa mudança profunda tomou a forma de uma transformação no regime de acumulação do sistema, que sobreviveria progressivamente ao redor do lucro financeiro em detrimento do crescimento econômico ou do desenvolvimento das forças produtivas.

Essa razão econômica não mudou com o surgimento de novas tecnologias. Como constatam Foster, McChesney e Jonna (2011), ainda que novos mercados apareçam a partir de avanços tecnológicos — certamente os setores de telecomunicações, eletrotécnica, fabricação de microchips e softwares ligados a redes sociais —, proporcionando aos seus criadores um momento propício para a obtenção de lucros monopolistas, esses setores rapidamente são harmonizados perante a tendência geral de monopolização. Roberts (2019) assinala inclusive que, embora ocorram ganhos de produtividade em setores-chave, eles não afetam a queda geral de lucratividade dos ativos experimentada na economia estadunidense. O que se tem, na verdade, é a esperada integração dos novos setores ao capital monopolista existente sem que se altere o funcionamento do sistema.

Esses pontos indicam que a dinâmica de concentração e centralização da acumulação capitalista é também regulada pelo Estado, mas esse Estado não necessariamente é o Estado capitalista central. Amparadas numa razão estatal própria que disponha dos fatores necessários à construção de processos de desenvolvimento autônomos, resistências localizadas podem ser erguidas — sobretudo no contexto da erosão da hegemonia estadunidense. Artner (2020; 2023a) vai justamente nessa direção, tratando dos limites e condições de uma reinserção autônoma da periferia global no capitalismo.

Essas considerações são uma derivação da linha defendida por toda a obra de Samir Amin, que apresenta sua defesa do *desligamento* enquanto postura macroeconômica adaptável aos países que buscam uma trajetória de superação do capitalismo através do desenvolvimento autônomo das forças produtivas. Em sua apresentação à edição em língua inglesa de *Delinking*, Amin (1990) recupera argumentos trazidos em nota separada sobre o conceito (Amin, 1987), ressaltando que o termo sugere não uma autarquização do Estado nacional perante a economia mundial, mas uma postura geoeconômica que propõe a recon-

⁴ Essa estagnação também expressa em si os sinais tardios de um imperialismo em sua faceta decadente (Foster, 2019).

O sentido materialista histórico atribuído à reprodução capitalista indica que será sempre conforme os parâmetros existentes que novas estruturas econômicas surgirão

dução da interdependência na direção do desenvolvimento autônomo⁵. Para Amin (1990), essa seria a postura principal para o enfrentamento das condições restritivas impostas à construção de uma alternativa socialista no sistema internacional atual.

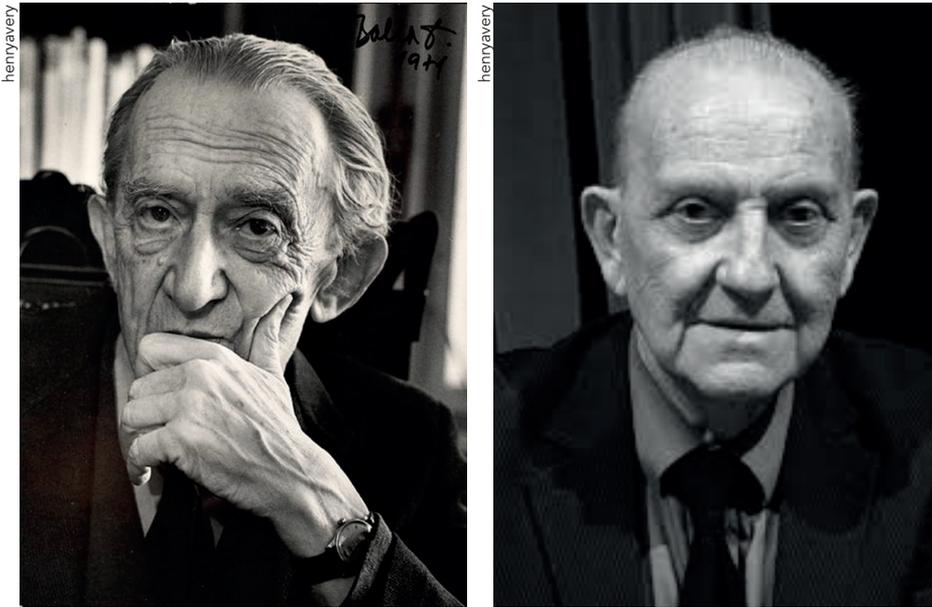
Considerar a China nesse processo não é tarefa fácil. Amin (2004; 2013) em diversas ocasiões posiciona-se no sentido de questionar o enquadramento do país asiático como um Estado socialista. A inserção de um espaço na reprodução capitalista em escala global, o seu relacionamento com o modo de produção dominante e a tendência de adesão aos mecanismos hegemônicos de controle econômico global são peças centrais na abordagem do autor acerca da República

Popular. Em “China 2013”, Amin (2013) define o país como um capitalismo de Estado, e recupera em “China, market socialism, and U.S. hegemony” (Amin, 2005) o tema das condições para se falar em transição ao socialismo. A questão central para Amin parece ser a tendência de integração da China ao capitalismo global. Na primeira metade dos anos 2000, as contradições inerentes a esse processo aparentavam direcionar o país socialista para uma adesão paulatina ao capitalismo, com as reservas próprias da tensão entre o domínio burguês estrangeiro da acumulação na China e a tentativa assumida de se construir uma iniciativa desenvolvimentista autônoma.

Embora tratada como algo definido por diversos autores, a questão da transição socialista da China seguiu em aberto, e foi abordada por seus sucessores em diversas ocasiões. A contradição entre a função do mercado no socialismo e a inter-relação entre aquele e uma possível queda do regime socialista na China são retratadas em diversos textos de Annamária Artner, seja quando comparam o sistema de planejamento chinês à experiência do socialismo real húngaro (Artner, 2021), seja em sua interpretação sobre o poder transformativo da China no mundo e sua inter-relação com a classe burguesa no plano internacional (Artner, 2020). Desai (2013; 2022a) sugere que já tenha havido a superação do capitalismo na China pela forma de socialismo de mercado, de maneira tal que o novo modo de produção abarcaria em si uma nova tentativa de superação do capitalismo, distinta do processo soviético, e que a poria em rota de colisão com o sistema mundial controlado pelos EUA⁶. Esta última condição, na verdade, seria a razão da refundação de todo um campo científico, a geopolítica econômica (Desai, 2015).

⁵ A edição em língua inglesa de *Delinking* foi acompanhada do novo subtítulo *Toward a polycentric world* — “rumo a um mundo policêntrico” — (Amin, 1990), ficando para trás o indicativo da versão original, *Pour sortir du système mondial* — “para escapar do sistema global” — (Amin, 1985), cujas implicações poderiam trair o sentido de *delinking*, isto é, a desconexão do sentido atribuído ao desenvolvimento nacional pelo império do sistema capitalista.

⁶ Essa colisão ressuscitaria inclusive o temor atômico próprio do rearmamento proposto pela estratégia estadunidense de contenção. Ver Desai (2022c), Foster (2022b) e Spellmann (2022).



Os filósofos húngaros György Lukács (1885-1971) (esq.) e István Mészáros (1930-2017)

Em linhas gerais, o sistema internacional parece gravitar ao redor do relacionamento sino-norte-americano, que guarda em si a tensão entre socialismo e capitalismo. Ela irradia-se, atingindo o núcleo do sistema imperialista em sua fase tardia (Foster, 2019; 2022b), o que necessariamente atravessa o seu centro: a unipolaridade estadunidense (Artner, 2023a). Os EUA não passam ao largo dessa questão sem se contrapor à crise da sua hegemonia. Essa resposta vem na forma tanto da escalada do engajamento militar contra a Rússia — que aparenta ser interpretada como o nexos mais frágil da cadeia de resistência anti-hegemônica — como da reestruturação econômica doméstica dos EUA e do acirramento da competição interimperialista no núcleo do capitalismo global. A tensão gerada ao redor desse processo contamina, portanto, as demais áreas, mostrando-se como contradição central do processo histórico corrente.

Do outro lado, como lembra Artner (2023a, p. 8), Amin (2016) concorda com a conclusão de Mao Zedong sobre a luta anti-imperialista: ela seria uma porta para o socialismo, caso fosse guiada pelos comunistas. O processo de desenvolvimento da China, com suas implicações internas e regionais, representa em nosso tempo histórico essa alternativa. É ao que Desai (2022a, p. 1, tradução nossa) se refere como “o resumo da história, o retorno da escolha”. O relacionamento íntimo entre superação do capitalismo e desenvolvimento socialista implica, portanto, a abordagem do relacionamento entre formações econômico-sociais distintas durante a transição ao socialismo.

Isso requer uma consideração generalizante, tendo em vista as conexões internacionais entre capitais no mercado mundial, condicionadas às demais formas históricas do capital existentes. O sentido materialista histórico atribuído à reprodução capitalista indica que será sempre conforme os parâmetros existentes que novas estruturas econômicas surgirão. Na tentativa de completar a obra de Marx, a aproximação feita por Amin (2018) em *Modern imperialism, monopoly finance capital, and Marx's law of value* apresenta uma teoria atualizada da lei do valor operando numa reprodução capitalista em escala global. No mesmo traba-

lho, Amin (2018) centraliza a originalidade teórica de Baran e Sweezy (1966) em sua linha de desenvolvimento teórico acerca do capital monopolista⁷. Em meados dos anos 1970, Amin (1974) afirmava que a generalização dessa forma capital deveria ser descrita como o seu momento tardio. Como se sabe, a ubiquidade do monopólio eleva o potencial da terceirização produtiva de modo a substabelecer ramos completos da indústria a subsidiárias ou empresas contratantes, na medida em que o controle do preço, do crédito e da oferta de mercadorias pode ser projetado intraempresa, levando o capital monopolista a denotar limites de rentabilidade considerados estáveis. A isso é atribuído certo potencial de escape marginal da lei de tendência geral de queda da taxa de lucro (Haveli, 1985; Foster, 1986). Amin (2018, p. 193) assevera que sua obra em parceria com Frank apresentava desde cedo inclusive as tendências posteriormente interpretadas como autoevidentes: a ampliação do controle centralizado dos monopólios sobre a economia; a financeirização como um processo em evolução, e o aprofundamento daquilo que se entendia como globalização.

Esses são os fundamentos sobre os quais se pode considerar a superação do capitalismo desde os seus capitais. A forma monopolista e financeira do capital não foge à regra: em si ela carrega o potencial da sua própria superação. Lênin (2002, p. 329-365) interpreta a construção de um capitalismo de Estado na União Soviética como possibilidade de obter os avanços necessários ao desenvolvimento das forças produtivas na Rússia, agora sob o comando do proletariado. As condições para evitar o perigo do regresso do mando burguês seriam a manutenção do controle completo do sistema de transportes e o controle da indústria de grande escala. Em *Lênin*, Lukács (2012) aborda com certo otimismo o aspecto progressivo de resposta à crise pela via da intervenção direta do Estado capitalista no capital monopolista. Os anos 1920 já demonstravam os limites dessa forma, apontando não para uma reforma contínua em direção ao fim do capitalismo, tal qual Kautsky e Bernstein propunham em seu reformismo, mas para um teto potencial da expansão dele, determinado por seus próprios limites históricos. Emergia aqui a prevalência dos “ajustes híbridos” enquanto forma do capital na teorização sobre a transição ao socialismo. Será de ajuste em ajuste que se percorre a transição.

À parte a introdução e a conclusão, este artigo tem dois núcleos centrais. O primeiro deles traz o hibridismo enquanto conceito filosófico na tradição marxiana de Lukács e Mészáros. O outro centro magnético é uma abordagem da atualidade histórica do capital monopolista⁸. Caracterizá-lo implica necessariamente uma revisão do desenvolvimento teórico do conceito, para, na sequência, se poder abordar a raiz central do texto: uma vez que o hibridismo entre modos de produção se expressou já na primeira natureza do capital monopolista, resta saber de que forma ele se apresentaria na atualidade histórica.

2. HIBRIDISMO E OS CONTORNOS DO CAPITAL

Um dos aspectos centrais do desenvolvimento burguês diz respeito ao potencial de readaptação do capitalismo ao longo do tempo. A generalização desse modo de produção impõe, a partir da continuidade dos mecanismos de acumulação, a dispersão do capital enquanto forma histórica pelo globo. Como se sabe, da mesma maneira que o capitalismo se expande, o conflito entre capital e trabalho também se propaga, espraiando sua principal

⁷ Essa linha está melhor descrita em Sweezy (1970) e em Foster (1986).

⁸ Ou capital financeiro monopolista, como referido por Foster (2006).

A derrota soviética implicou não a criação de uma janela de oportunidade para um novo socialismo, mas para o encerramento de uma era histórica em que se disputava um mundo melhor

contradição interna na dinâmica do mundo (Mészáros, 1995, p. 365-367). Nesse ínterim, a série de tendências dominantes do sistema do capital também se manifesta, acompanhada por suas contradições objetivas, as quais podem, por vezes, interromper, integrar ou sustar o vetor do movimento real, o que implica uma mudança no direcionamento até então experimentado pelo modo de produção, atingindo a forma histórica do capital (Mészáros, 1995, p. 443-359).

Como relação social, o capital é afetado inexoravelmente pelo agir intelectual humano sobre si. Este é, afinal, um dos sentidos da sua designação como trabalho morto por Marx (2013, p. 306-307) — o capital é, ele próprio, um trabalho cessado, materializado, desenvolvido. Em linhas gerais, a luta de classes encampa os ajustes estratégicos realizados pela burguesia e pelo proletariado (Mészáros, 1995, p. 366). Isso atravessa também as formas pelas quais o capital se apresenta na materialidade, na medida em que seus contornos são produto da totalidade de relações sociais que o rodeiam (Mészáros, 1995, p. 365). Uma série de exemplos é trazida por Mészáros para indicar a pluralidade de tendências contrapostas afetando o capital. Pode-se ver que

a tendência irreprimível do capital ao *monopólio* é efetivamente contrabalanceada (de formas diferentes em diferentes fases do desenvolvimento capitalista, o que vale também para as outras) pela *competição*; do mesmo modo, a *centralização* pela *fragmentação*, a *internacionalização* pelos *particularismos* nacional e regional; a *economia* pela extrema *perdularidade*; a *unificação* pela *estratificação*; a *socialização* pela *privatização*; a tendência ao *equilíbrio* pelas outras contratendências que *quebram o equilíbrio* etc. (Mészáros, 2011, p. 446, grifos originais)

Anteriormente se comentou o papel desempenhado pela mudança de consciência burguesa em face da persistência dos limites absolutos do capital e do problema proposto pela existência de armas atômicas ante as tendências de conflito armado no capitalismo. A elevação da consciência burguesa sugerida por Mészáros (1995, p. 443-359; 2011, p. 540-560) se apresenta como um avanço necessário, que está acima da intenção de reinício do conflito bélico, atravessando as expressões do militarismo do centro capitalista, enquanto propõe a sua limitação, ainda que parcial. Ela foi essencial para a sobrevivência humana durante a Guerra Fria. Como indicado também em Mészáros (1995), esse ajuste, tal como qualquer outro, é sempre provisório. Ele não faz cessar, por exemplo, as tendências ao mili-

tarismo, mas condiciona suas expressões aos limites históricos próprios do desenvolvimento capitalista. Esse não é, entretanto, o único ajuste derivado das limitações absolutas ao capital.

A tendência de monopolização do capital é algo premente. Desde cedo os movimentos de concentração e centralização povoam a reprodução capitalista (Marx, 2013, p. 820-829), e a sua apreensão é inafastável para a devida compreensão do capitalismo como sistema sociometabólico. A monopolização daí derivada altera o funcionamento interno do sistema a partir da sua generalização. Esse processo ocorre, em linhas gerais, da última terça parte do século XIX em diante (Lênin, 2011, p. 118-137), demonstrando-se ainda hoje. A transformação do capital concorrencial em capital monopolista altera a dinâmica experimentada pelo capitalismo, abrindo espaço para a emergência do imperialismo. Este surge como categoria histórica e culmina, paralelamente, na “partilha do mundo entre grandes potências” (Lênin, 2011, p. 200-2015), na eclosão do conflito armado nucleado em território europeu e na eventual reestruturação da ordem internacional.

Materialmente, enquanto culminância, a Primeira Guerra Mundial arrefeceu o potencial econômico das potências capitalistas. Para além da vitória revolucionária na Rússia ou de processos semelhantes desencadeados pelo globo, tem-se que a recuperação econômica no pós-guerra esteve aquém da retomada que se esperava, da paz que se alcançara ou dos desejos de reparação propostos. Em *História e consciência de classe*, Lukács (2003, p. 167-168) assevera o caráter “trágico” e “fatal” pelo qual o inconsciente do burguês individualizado é levado à aceitação da socialização produtiva. O autor húngaro de fato recupera Marx (2017, p. 189-206) ao assinalar o caráter inerentemente social da sociedade anônima, indicando as mudanças ideológicas necessárias à adequação da mentalidade burguesa em sua coletividade para a aceitação da nova condição de reprodução capitalista e do mando cada vez mais restrito do burguês atomizado no sistema de produção (Lukács, 2003, p. 156-170). O autor vê nisso uma “capitulação” da consciência de classe burguesa perante o poder proletário emergente na passagem dos anos 1910 para os anos 1920. Lukács (2003, p. 170) chega a dizer que “toda a existência da classe burguesa e a cultura burguesa como sua expressão entram numa crise muito grave”. Ficava para trás a primazia do burguês atuante no processo produtivo. Diluído é o burguês no monopólio, aproximando-se cada vez mais do anonimato da socialização.

A crítica incisiva proposta por Mészáros (1995, p. 364-384; 2011, p. 445-468) em *Para além do capital* ao quadro “cor-de-rosa” (Mészáros, 2011, p. 468) descrito por Lukács (2003) repõe no centro do debate a experiência histórica do século XX. A destruição das experiências do socialismo real nas décadas de 1980 e 1990 contrastava com o otimismo presente nas ideias de Lukács escritas 70 anos antes. A classe burguesa provava-se hábil em readequar sua consciência de modo a dirigir o mando do capital para a sua sobrevivência futura. Em sua “prática mediadora”, essa classe identificara no deslocamento das contradições para a periferia e para o futuro a condição necessária para a sobrevivência do regime sociometabólico prevalente. Isso ocorreu sem maiores retoques, inclusive com adequações que provisoriamente respaldaram vitórias dos movimentos de trabalhadores. Mészáros assevera que

[a burguesia] estará sempre mais do que disposta a ajustar (e, em larga medida, tem capacidade para tanto) suas estratégias — tanto nacionalmente, se pensamos na “economia mista”, no “Estado de bem-estar social”, na “política do consenso” etc., como internacionalmente, na aceitação das assim chamadas relações “não ideológicas” entre Estados, no lugar das antes abertamente buscadas guerras intervencionistas da “Guerra

Fria” — quando a alteração na correlação de forças assim o exigir, para modificar em benefício próprio as tendências que surgem (Mészáros, 2011, p. 446).

A crítica que Mészáros (1995) faz à acepção lukácsiana atinge em cheio as expectativas do reformismo gradualista do início do século XX. Com o amparo da história, sabe-se hoje que as readequações feitas no núcleo do capitalismo pretendiam responder à ameaça revolucionária global. Como tal, a ideologia reinante abriu espaço para alternativas que propusessem ajustes provisórios da realidade econômica mundial. Esse é o lugar histórico do keynesianismo, daí derivando a série de ajustes provisórios encampados ao longo das décadas subsequentes (Mészáros, 2002, p. 21-26).

A esse respeito, o conceito de hibridismo toma lugar central na obra de Mészáros (1995). Relacionando-se à convenção sobre o papel estatal na reestruturação do sistema do capital, o caráter híbrido expresso pela readequação das instituições de Estado permitiu uma transformação provisória das formações sociais, dilatando no tempo o sistema sociometabólico dominante, ainda que este fosse transpassado a todo momento por suas limitações materiais. Isso seria feito através de certa adequação mútua entre sistemas, apontando para o binarismo intrínseco a essa ideia. O Estado capitalista faria uso de ferramentas administrativas costumeiramente atribuídas à política econômica socialista. A plumagem do planejamento disfarçaria as novas figuras da administração, dando margem ao aparecimento de instrumentos públicos capazes de interagir com a reprodução capitalista, e permitindo o prolongamento da sobrevivência do sistema burguês.

A experiência do hibridismo político-econômico foi abandonada nos anos 1960, cerca de 40 anos depois da publicação de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), com o despertar da crise estrutural do capital, deixando em evidência a corrente ideológica liberal austríaca radicada em Chicago. Essa marcha à ré histórica na passagem da década de 1970 para a de 1980 reorientou a ofensiva burguesa. O funcionamento econômico dos Estados do núcleo capitalista, em especial a “tríade imperialista” composta pelos Estados Unidos, Japão e Europa, passou a se direcionar para o enfrentamento aberto com a URSS. O país alvejado por essa ofensiva está, ao mesmo tempo, em seu momento de maior liberdade de projeção externa, mas suas bases econômicas não se adaptam às necessidades de crescimento da sua população, às transformações tecnológicas exigidas pela competição internacional nos setores das telecomunicações e, sobretudo, à transformação produtiva que se fazia premente perante o toyotismo. O resultado é aquele conhecido: a derrota soviética implicou não a criação de uma janela de oportunidade para um novo socialismo⁹, mas para o encerramento de uma era histórica em que se disputava um mundo melhor.

Mas a crítica mézárariana à proposição de Lukács (2003) também está, ela mesma, inserida na história. Da mesma maneira que novas proposições sobre a construção de um socialismo no século XXI povoaram o pensamento de Mészáros no que concerne às condições efetivas para uma nova alternativa ao capitalismo em sua roupagem neoliberal, também fica aberta a possibilidade do surgimento de novas hipóteses de organização social na esteira do socialismo. Isso fica claro a todo tempo nos escritos e entrevistas do autor, nos quais se vê refletida não só uma expectativa nas experiências venezuelana e boliviana, como também um ímpeto residual relativo aos sucessos do processo de reforma e abertura. Ainda que se

⁹ Com o otimismo de Davies (1990) com as reformas de Gorbachev ou as perspectivas de revolução pós-soviéticas de Miliband (1991).

possa enxergar algo de contraditório entre a defesa do socialismo e a adequação à dinâmica do capitalismo global, Mészáros enxerga aí uma nova tentativa de ímpeto revolucionário (Kanellis, 2000). Ao mesmo tempo, é transparente que o autor húngaro considera que nem mesmo a China escapa à crise estrutural (Mészáros, 2013).

Cabe, portanto, a proposição do hibridismo enquanto conceito que traduz a forma histórica das instituições criadas pelas experiências de transição ao socialismo na atualidade. Nas últimas décadas, fazer surgir o socialismo implica necessariamente conviver com a dominância do capitalismo e com a hegemonia dos EUA como Estado que orienta o funcionamento desse modo de produção (Artner, 2023a). Adequar-se às estruturas de dominação e consenso implica necessariamente, para além da mera coexistência, uma busca constante pela construção de uma visão geopolítica (Desai, 2022c) que consolide relações exteriores bilaterais, minilaterais e multilaterais condizentes com o momento presente, que vise ao estabelecimento de iniciativas favoráveis de relacionamento econômico no mercado mundial (Vadell; Jabbour, 2024) e que funde um marco legal adequado aos anseios domésticos por desenvolvimento e por melhora da qualidade de vida ante as condições globais da reprodução capitalista (Staiano, 2023). Entender o problema da governança do Estado nesse patamar implica não só o redesenho de políticas econômicas (Dunford, 2022). No limite, isso também reconstrói o planejamento estatal, que agora passa a retratar o mesmo hibridismo próprio das relações sociais que o circundam.

Por essa perspectiva, uma releitura das experiências socialistas no contexto da ofensiva neoliberal se faz necessária. Como se sabe, o processo de reforma e abertura iniciado em 1978 foi amplamente criticado por seu aspecto reformista. Deng Xiaoping e a liderança do PCCh foram acusados de capitular perante o mando burguês ao reintroduzirem o capitalismo na China (Harvey, 2005; Panitch; Gindin, 2013). Em que pese boa parte dos escritos, discursos e entrevistas de Deng anteverem questões relevantes e responderem a essas críticas (Deng, 1979a; 1979b; 1985b; *s.d.*; 1987), e em que pese a longa tradição chinesa de discussão teórica a esse respeito antes mesmo dos anos 1970 (Dunford, 2022), o consenso formado anteriormente a partir da questão do socialismo de mercado e da participação do capital privado na economia nacional influenciou o pensamento de orientação marxista por várias décadas, sendo reexaminado em maior grau somente em meados da década de 2010.

Entretanto, já há algum tempo o processo de crescimento econômico experimentado pela China também passou a ser observado com maior cuidado. O período da liderança coletiva de Xi Jinping (2012-2017) ressaltou no debate público hegemônico o caráter centralizador do Estado chinês. Mas, a partir disso, chegou-se a uma reavaliação do que era o sistema de controle público do capital na China. Mesmo entre autores de cunho teórico orientado ao exame das instituições, como Naughton (2014) e Heilmann (2018), já se podia notar o ressaltar feito pela academia dos aspectos centrais desse sistema: a centralização do aparato empresarial público federal na forma da Comissão Estatal para a Supervisão e Administração dos Ativos do Estado (State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council — Sasac); o federalismo redistributivo orçamentário; o planejamento central *sui generis*; e a dinâmica particular entre capital público e privado. Portanto, a nova compreensão das instituições chinesas iluminou o aspecto central do processo de reforma e abertura: a China propunha-se a ser um país de adequação constante ao sistema do capital sem, entretanto, tornar essa integração o sentido da sua reforma.



No monopólio, uma empresa controla um mercado, explorando-o sem concorrentes

Examinando essa questão em perspectiva, pode-se ver que não só as instituições domésticas criadas conforme esse hibridismo representarão a forma histórica de transição ao socialismo experimentada na China, mas também que isso atravessará em alguma medida as estruturas multilaterais desenhadas pelo Estado chinês. É necessário sublinhar que esse mesmo caráter híbrido povoa também o capital monopolista chinês, cujo estado atual nucleia esta seção, bem como as instituições internacionais criadas pelo país. Por fim, essa mesma condição atravessa o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank — AIIB) como vértice entre o estado atual do capitalismo — pautado pela necessidade de financiamento público ao desenvolvimento e a operação da China no mercado mundial —, agora em etapa de extroversão do seu capital, e o relacionamento interestatal na contemporaneidade — pautado pela latente tensão própria da disputa pela posição central no modo de produção capitalista.

Como bem observa Foster (2022a), a China tem escapado até aqui das “armadilhas do capital monopolista”. Sabe-se, entretanto, que o país dispõe de uma ampla gama de grandes empresas multinacionais, com uma série de grandes conglomerados sustentados por um amplo arcabouço jurídico que permite o redesenho constante das formas de propriedade, recusando-se as aceções até aqui prevalentes sobre o comportamento de entidades privadas e públicas. A proposição aqui apresentada é que a China consubstancia um capital monopolista próprio a partir das diversas formas de propriedade pública e não pública derivadas da continuidade e do aprofundamento do seu processo de reforma e abertura¹⁰, e em relacionamento direto com a atuação empresarial do Estado e com uma burguesia doméstica ora

¹⁰ O processo de reforma e abertura é aqui interpretado como uma continuidade de políticas públicas, que permanecem sendo executadas até hoje (Xi, 2022).

Cabe, portanto, a proposição do hibridismo enquanto conceito que traduz a forma histórica das instituições criadas pelas experiências de transição ao socialismo na atualidade. Nas últimas décadas, fazer surgir o socialismo implica necessariamente conviver com a dominância do capitalismo e com a hegemonia dos EUA como Estado que orienta o funcionamento desse modo de produção

cultivada, ora podada. Esse mecanismo é utilizado como alternativa para o desenvolvimento sob as condições atuais de crise estrutural do capital e sob a hegemonia estadunidense no sistema capitalista global. A seção a seguir recobra os fundamentos da teoria do capital monopolista, como antessala para uma discussão sobre a formação e o desenvolvimento do capital monopolista na China.

3. A FEIÇÃO ATUAL DO CAPITAL MONOPOLISTA

A teoria do capital monopolista (TCM) é uma variante teórica do marxismo que foca a particularidade da formação do capital monopolista, dividindo sua atenção com a dinâmica deste em uma economia capitalista em particular e sua concomitante interação com o mercado mundial. Como exposto classicamente por Lênin (2011) em *O Imperialismo* e desenvolvido por Sweezy (1970) em *Teoria do desenvolvimento capitalista*, capital monopolista é o nome atribuído à categoria que reúne as diversas formas históricas tomadas pela reunião entre capital bancário e capital industrial. Essa nomenclatura é elaborada por Lênin (2011, p. 217) quando ele destaca a ubiquidade do caráter monopólico atingido pelo capital no início do século XX. Essa característica foi primeiro descrita por Hilferding (1981) em sua análise do capital austro-alemão antes da Primeira Guerra Mundial, sendo desde logo relacionada ao aparecimento daquilo que se consolidou como uma das principais características do imperialismo.

Em 1942, passadas duas décadas e meia, Sweezy (1970) se debruça sobre a questão daquela nomenclatura atribuída por Lênin (2011). A oportuna revisão compara o desenvolvimento capitalista estadunidense ao das potências centrais. O caminho para a formação do capital monopolista traçado pelos EUA distinguia-se sobremaneira do austro-alemão, de modo que não apresentava a natureza de dominância do capital bancário sobre o industrial já num primeiro momento. Essa condição fundamental levou Paul Sweezy a optar pelo de-

envolvimento conceitual de monopólio capitalista, destacando a principal faceta do capital daí resultante¹¹.

O aparecimento do capital monopolista também desencadeou a superação da empresa familiar como forma organizacional da sociedade empresarial e do estágio concorrencial do capitalismo. O caráter competitivo, intrínseco ao capitalismo, fora por fim suplantado na última terça parte do século XIX pela tendência ao monopólio. A sociedade acionária, forma jurídica da propriedade burguesa acerca de cujas aparentes fragilidade e decadência Lukács (2003) parece ter guardado certo otimismo, torna-se o meio prevalente de controle empresarial e de repartição de lucros e dividendos (Foster, 2019).

A TCM analisa a concentração e a centralização de riqueza através do controle por empresas multinacionais (*multinational companies* — MNCs) de ativos, vendas e empregabilidade, entre outros fatores inseridos nas cadeias globais de valor. As multinacionais representam o capital monopolista *vis-à-vis* a financeirização do capitalismo. Diante da crise estrutural do capital, o capital monopolista dirigiu-se cada vez mais para a acumulação de capital pela criação e circulação de capital fictício. Isso levou ao aumento da atividade em mercados financeiros e à alta volatilidade do valor dos ativos. A centralização recorrente também implica a concentração geográfica da acumulação de capital nos países de capitalismo central (Foster; McChesney; Jonna, 2011).

A partir da análise de Hilferding emergiu uma discussão sobre o controle do Estado pelo capital monopolista, o que foi mais bem discutido por Lênin (2011, p. 217) em *O Imperialismo*. Ainda que o autor de *O Estado e a revolução* tenha assinalado que, “se fosse necessário dar uma definição a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”, nem ele nem Hilferding (1981) examinaram as condições subjacentes ao estabelecimento de monopólios de escala global para a teoria da acumulação. Nesse sentido, como apontado por Foster, McChesney e Jonna (2011), uma integração da TCM ao marxismo também deveria envolver a análise da dinâmica do capital monopolista em termos da concentração e centralização do capital, bem como a crise do capital e os debates sobre os esquemas da reprodução do capital segundo Marx.

O primeiro a unir ambos esses segmentos foi o economista polonês Michal Kalecki. Kalecki fundiu uma análise da dinâmica de classes derivada de Marx e de Rosa Luxemburgo ao exame de um novo fenômeno, o do crescente grau de monopólio, que se relacionava ao conceito de mais-valor de Marx. O resultado foi uma teoria unificada da acumulação sob o capital monopolista. O monopólio aparecia, tal como em Marx, como uma consequência da competição em uma economia capitalista (Foster, 2018). Esse argumento foi continuado por Steindl (1983) em *Maturidade e estagnação do capitalismo americano*, que explorou as causas da Grande Depressão ao identificar que a crescente monopolização ampliava as margens de lucro nas principais indústrias. Steindl indica que esse fenômeno funcionava como uma contratendência, balanceando a tendência geral de queda da taxa de lucro, permitindo assim ao capital monopolista escapar da desaceleração geral do crescimento na economia. Como consequência, um sintoma comumente identificado nas indústrias-chave era o aparecimento da capacidade excedente. A razão para isso era que as grandes empresas protegiam suas margens de lucro em momentos de enfraquecimento da demanda, o que era feito através

¹¹ Para uma leitura sobre a particularidade do desenvolvimento teórico acerca do capital monopolista e do embate entre a designação desenvolvida por Hilferding a respeito do capital financeiro e a adequação leninista desse conceito, ver Spellmann e Leite (2019, p. 201-210).

da redução do uso dessa capacidade, em vez de uma intervenção no preço das mercadorias (Sweezy, 1990).

Paul Baran e Paul Sweezy deram continuidade ao trabalho de Steindl e Kalecki em *Capital monopolista*. Para Baran e Sweezy (1966), a tendência de queda da taxa de lucro dava lugar, durante o estágio do capital monopolista, à lei da tendência de crescimento do excedente. *Capital monopolista* focou os problemas ligados à absorção do excedente, identificando-os como o principal aspecto da contradição entre capital e trabalho no presente estágio do capitalismo. Os principais métodos para a absorção do excedente são três: ele pode ser consumido, investido ou destruído.

Segundo a TCM, a tendência para a estagnação do capital monopolista poderia ser adiada ou evitada pelo desenvolvimento tecnológico de inovações importantes, como o motor a vapor. Esse processo não estava livre de suas próprias contradições. Por definição, essas inovações requeriam, primeiramente, um investimento significativo em pesquisa e desenvolvimento, com as pesadas demoras inerentes a sua maturação. Seus resultados também podem ser julgados insuficientes. Autores como Chesnais (2005) e Duménil e Lévy (2011) lembram-nos de que uma análise que tenha em perspectiva a estrutura da acumulação atual apontará necessariamente para a financeirização como um dos aspectos-chave para entender o desestímulo à inovação no capitalismo. Os longos períodos entre a realização dos investimentos e os seus retornos são normalmente indesejáveis, uma vez que esses ativos se desvalorizam com o tempo. A partir disso, como apontam Foster e McChesney (2012), a tendência para a estagnação presente no capitalismo é reforçada pelo capital monopolista.

Ainda assim, períodos de rápido crescimento ocorrem na economia capitalista. Ao analisarem a expansão econômica do pós-Segunda Guerra Mundial, Baran e Sweezy (1966) presenciaram uma maré alta do desenvolvimento capitalista, na qual as taxas de crescimento e o superávit das contas domésticas permitiram aos países do capitalismo central a construção do Estado de bem-estar social. Como apontado por Magdoff e Foster (2003), essa expansão não ocorreu sem movimentos contraditórios. As campanhas de venda, o gasto militar e a expansão financeira foram todos fatores que geraram a tendência à estagnação nos países do centro capitalista em geral e nos EUA em particular. Como apontado na seção anterior, foi a necessidade de manter os efeitos desses aspectos limitadores que levou à ampliação das contradições, ao passo que a economia estadunidense se tornava mais dependente do gasto militar e de um regime de consumo mais acelerado, enquanto sofria com a drenagem de recursos para o mercado financeiro. Ainda que o keynesianismo promettesse uma melhora nas condições macroeconômicas nacionais, Baran e Sweezy (1966) demonstraram que esse modelo já era entendido como insustentável desde a origem, e suas contradições logo vieram à superfície, no início dos anos 1970¹².

Apesar da sua ampla recepção (Tarback, 1995), a teoria do capital monopolista foi duramente criticada durante os anos 1970 e 1980. Dois dos principais aspectos criticados foram o tratamento da multinacionalização das empresas e os efeitos dessa transformação no funcionamento da hegemonia dos EUA. A partir dos anos 1980, a multinacionalização, descrita como o processo de diversificação dos ativos empresariais através de titularidades entre nações, passou a ser tratada enquanto etapa formativa de uma nova burguesia internacional. Isso encerraria, portanto, a estrutura de competição entre burguesias nacionais pelo controle da produção global. Como nos relembra Foster (2019) sobre as considerações de Hardt e Negri em *Império*,

¹² Um entendimento referendado ao longo de várias obras posteriores. Ver Sweezy e Magdoff (1987).

Amin afirma que construir uma dinâmica econômica policêntrica, que comporte a multipolaridade, passa pela dissociação dos Estados que lideram a mudança do sistema. Isso não ocorre, entretanto, com uma autarquização. A reinserção implica, na verdade, uma alteração da dinâmica existente

essa diagramação seria substituída pela diversidade de arranjos de propriedade que atravessam fronteiras, dando lugar a um império do capital que faria caducar o casulo estatal que o criou.

Em outra perspectiva, esses processos também representariam um retorno às economias capitalistas centrais destruídas pela Segunda Guerra Mundial, o que por tabela reduziria o papel dos lucros monopolistas obtidos pelos EUA através de remessas de valor ao núcleo capitalista — seja através de processos de trocas desiguais ou de movimentos de concentração e centralização. A reestruturação produtiva global e o aparecimento dos novos países industrializados, particularmente no Leste Asiático, indicavam a diversificação dos processos de acumulação de capital na semiperiferia, propondo a eventual superação da economia dos EUA. Diversos autores seguiram por esse caminho, seja com remissões ao longo tempo histórico, como na obra de Arrighi (2008) e Frank (1998), ou em perspectivas de curta duração relacionadas ao desenvolvimento japonês, como em Gilpin (1989).

Em resposta, o argumento apresentado pelos teóricos da TCM assinalava a continuidade da concentração e centralização do capital como uma condição global, ocorrendo, portanto, em conjunto com a dinâmica de internacionalização do capital monopolista. Fusões e aquisições permitiam a formação de MNCs maiores, controlando fatias crescentes do mercado mundial (Foster, 1986). Nesse sentido, os ativos e vendas tornaram-se progressivamente mais e mais internacionais. Parte essencial da obra de Foster, McChesney e Jonna (2011), bem como da de John Smith (2016), também demonstrou que o controle de empresas multinacionais sobre a força de trabalho mundial cresceu em linha com a internacionalização.

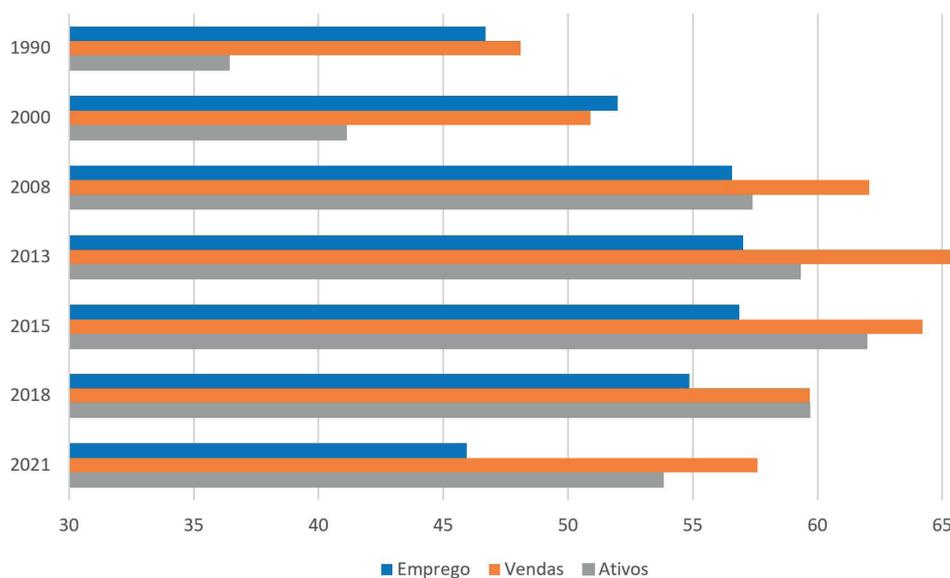
Além disso, uma linha crescente da TCM focou o papel da transformação do processo de acumulação pelo redirecionamento do excedente socialmente produzido para o funcionamento e operação de mercados financeiros (Sweezy; Magdoff, 1987). Disso surgiu a tese de que o capital estaria passando por uma mudança qualitativa, fundamentada na internacionalização e no avanço da financeirização. Como uma ampla gama da literatura marxista aponta, o capital financeiro monopolista experimenta a monopolização, a estagnação e a financeirização como tendências que se reforçam mutuamente, estimulando o crescimento de bolhas financeiras e levando a crises recorrentes.

Essa tendência segue a literatura da TCM até a atualidade. Mesmo após a crise de 2008, Foster e McChesney (2012) apontam a continuidade da orientação financista do pensa-

mento neoliberal e o seu controle da economia política do Estado norte-americano. Decorre daí a persistência da estagnação econômica para o resto da década de 2010. Em linha com Amin (2018), Dunford (2022) e Artner (2023b) também concluem que o principal aspecto atual do capitalismo é a dualidade entre a dominância da economia mundial por oligopólios globalizados, financeirizados e generalizados e a sua íntima relação com a hegemonia dos EUA.

O crescimento continuado da multinacionalização do capital monopolista, assinado por Sweezy (1997) e Foster, McChesney e Jenna (2011), aparenta sinais de retroação já em meados dos anos 2010. Essa queda na multinacionalização do capital transparece no gráfico 1. A parcela obtida por filiais estrangeiras dos ativos empresariais das cem maiores empresas não financeiras alcançou 57,4% em 2008, indicando um crescimento significativo em relação ao registro de 41,1% em 2000. Terminado o período anterior à financeirização, a parcela de ativos detidos por filiais estrangeiras continua a evoluir até 2013. Flutuando ao redor de 60% na década de 2010, essa parcela decresce de 62% em 2015 para 59,7% em 2018. Como aduzido em Spellmann e Leite (2019), o mesmo fenômeno pode ser observado nas parcelas de vendas e empregabilidade geral com referência às filiais estrangeiras. As vendas alcançaram seu ápice em 2013, chegando a 65,5%, e caindo para 59,7% em 2018. Quanto aos valores relativos ao emprego, temos uma flutuação ao redor de 57% no decênio que se seguiu a 2008, acompanhada de uma queda após 2013, chegando a 54,9% em 2018.

Gráfico 1 — Proporção de ativos, vendas e emprego referentes a filiais estrangeiras, dentre as cem maiores empresas multinacionais não financeiras — 1990-2021 (anos selecionados)



Fonte: Unctad (2024): *World investment reports 2010, 2014, 2016, 2019 e 2022*; Foster, McChesney e Jonna (2011).

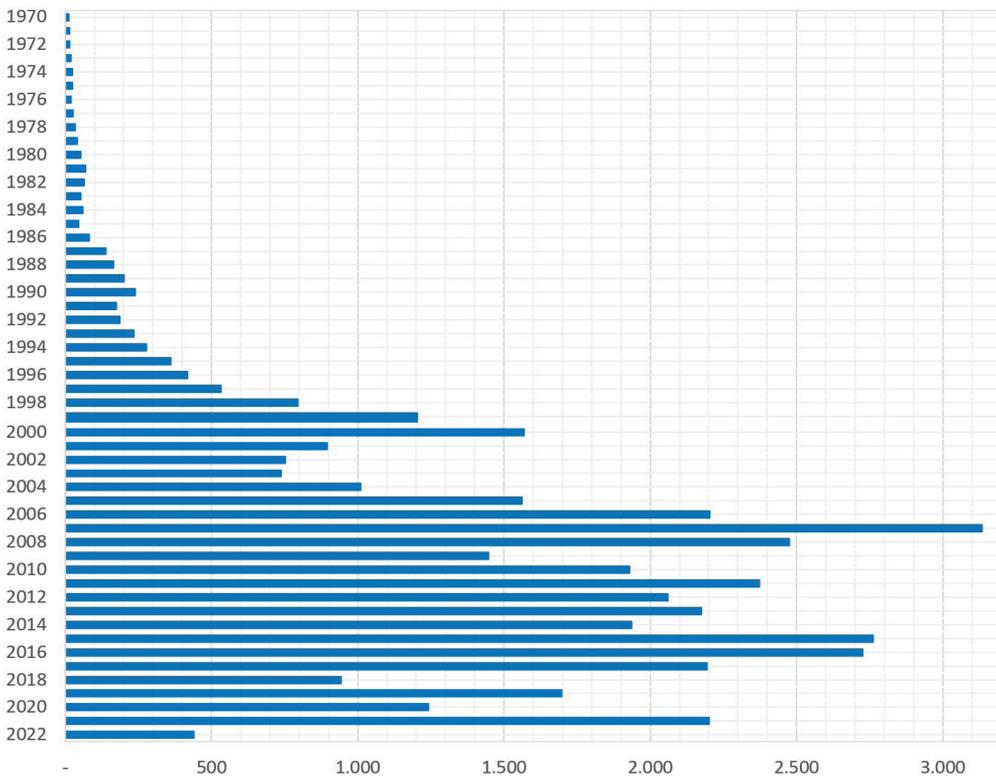
Entretanto, como indicado no gráfico 1, os registros de 2021 apresentam quedas expressivas. A proporção registrada para a parcela dos ativos detidos por filiais estrangeiras de MNCs não financeiras cai de 59,7% em 2018 para 53,8% em 2021, uma redução proporcional que ultrapassa 10% em apenas três anos. A queda se repete nos registros de vendas e de empregabilidade, registrando respectivamente 57,6% e 45,9%. Isso implica reduções de

3,5% na internacionalização das vendas e, de maneira chamativa, 16,4% na formação internacional do emprego.

A evolução desses dados parece apontar para uma queda histórica na dinâmica de multinacionalização do capital monopolista. O retorno deste à sua base nacional coincide com o momento de questionamento da globalização. O momento econômico mundial no final da década de 2010 também foi acompanhado de uma redução significativa no fluxo de investimento externo direto no globo, de turbulências significativas nos mercados financeiros de Xangai (2015-2016) e Nova York (2018), da imposição de restrições comerciais e de investimento entre Estados Unidos e China.

A redução no movimento de internacionalização também casa com a redução do volume de investimento externo direto no globo. Como visto no gráfico 2, o seu teto, atingido nos anos ao redor da crise financeira de 2008, foi seguido por uma alternância entre elevados níveis de investimento e quedas episódicas. Isso aponta para a presença de instabilidades crescentes nos mercados de ativos externos ao longo dos anos 2010, uma realidade que se projeta para o início da década atual. As incertezas quanto à continuidade do crescimento do núcleo global contrastam com a continuidade do crescimento da China nesses primeiros anos, um cenário que ganha maior evidência quando se considera que as expectativas sobre a propagação da covid-19 na China mantinham ligado o sinal de alerta, indicando uma potencial recessão no mercado asiático.

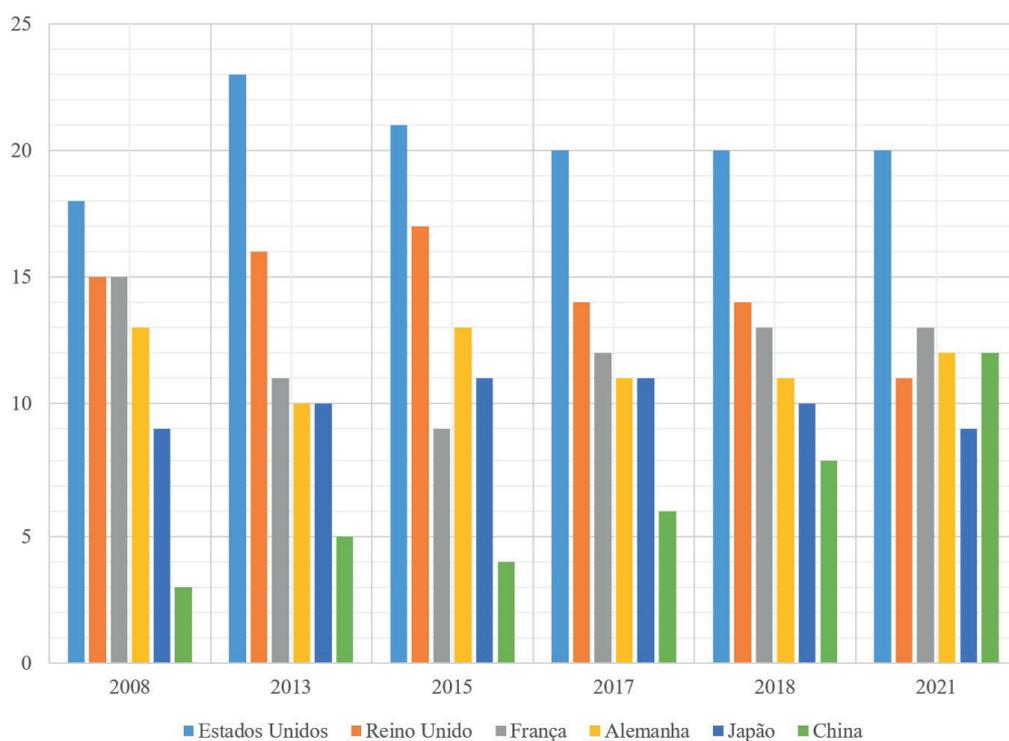
Gráfico 2 — Fluxo mundial de investimento externo direto (US\$ bi correntes em 2022) — 1970-2022



Fonte: World Bank Group (2025).

Esse quadro se completa com os dados a respeito da quantidade de empresas multinacionais não financeiras por país. A internacionalização das empresas chinesas é um movimento lento e gradual. Ainda que a China tenha passado a ocupar a segunda posição entre as principais economias do globo, o país ainda não chegou à segunda posição entre os detentores de MNCs não financeiras. Como demonstrado no gráfico 3, os EUA permanecem na liderança, seguidos dos principais países do capitalismo central. Ao mesmo tempo, a China não está inerte. Entre 2008 e 2021, a rápida evolução da República Popular nos índices indica que talvez no futuro próximo a segunda posição já seja atingida.

Gráfico 3 — Número de empresas multinacionais de países selecionados dentre as cem maiores empresas não financeiras — 2008-2021



Fonte: Unctad (2024): *World investment reports 2010, 2014, 2016, 2019 e 2022*; Foster, McChesney e Jonna (2011).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados acima devem ser analisados sob a perspectiva das transformações correntes na geopolítica econômica. Pelo que eles indicam, a condição do capital monopolista no globo mudou. O movimento de redução da internacionalização dos ativos aparece como tendência geral a se intensificar nos últimos dez anos. Isso pode significar uma mudança de época no que diz respeito ao *continuum* do processo de internacionalização de ativos. Como visto, esse processo vem ocorrendo em grau crescente desde o início da financeirização. Esse

Não há uma reversão total do padrão de internacionalização que simule algo similar à decomposição do padrão-ouro na transição entre as décadas de 1920 e 1930. No conjunto, a internacionalização aparenta ir na direção da China, ainda que esse movimento seja limitado pela não abertura das contas de capital chinesas

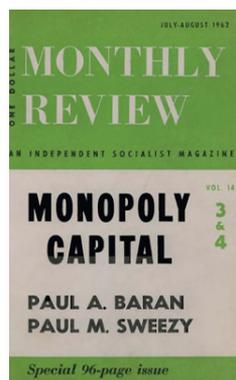
retrocesso, portanto, ainda que provisório, pode apontar para um revés na integração do mercado mundial a partir de meados da década passada.

Evidentemente, isso não significa um retrocesso da globalização. Ainda é significativamente cedo para se afirmar uma afetação ampla e difusa do processo de integração social do mundo. O que se tem, concretamente, é um período cujo movimento de ativos foi afetado por motivos diversos — seja a guerra comercial, seja a aplicação de sanções econômicas, seja a covid-19 —, alterando o transcurso do mercado mundial.

Algo mais deve ser observado nesse panorama. Essa série de aparentes irregularidades não foi feita sem que se reponha o Estado no centro do debate político-econômico. O retorno da competição interestatal aparenta ter mobilizado os Estados do capitalismo central, que respondem no sentido de proteger seus ativos. Esse cenário também encontra tensões geopolíticas significativas, notadamente a guerra na Ucrânia, podendo, portanto, ser alterado a partir da resolução delas.

Deve também ser posta em perspectiva a aparente mudança de direcionamento estratégico do Estado chinês de 2012 em diante. A liderança de Xi Jinping sobre o Partido Comunista da China rapidamente apresentou a materialização dos objetivos do primeiro centenário como prioridade de Estado. Mais ainda: o período viu a consubstanciação do planejamento estatal chinês na forma da elevação de diversas empresas públicas e não públicas ao grau de competidoras multinacionais em setores-chave da economia internacional, partes integrantes da estratégia “China 2025”. Isso, claro, sem abandonar a mudança corrente na postura diplomática internacional da China.

O que os dados representam é, na verdade, o início de uma época de prelúdio. Não há tendência geral que justifique o redirecionamento dos mercados de investimento na direção de um Estado central, o que implica um desestímulo ao investimento externo direto, ainda que provisório. Amin (1990) afirma que construir uma dinâmica econômica policêntrica, que comporte a multipolaridade, passa pela dissociação dos Estados que lideram a mudança do sistema. Isso não ocorre, entretanto, com uma autarquização. A reinserção implica, na verdade, uma alteração da dinâmica existente.



Paul Baran (esq.) e Paul Sweezy, autores do livro *Monopoly capital*, publicado em 1966

Esperado é, portanto, que os prejudicados se movimentem no sentido de aderir à nova dinâmica geopolítica ou de confrontá-la, dadas as circunstâncias. Começam a aparecer discussões sobre a semiperiferização de alguns Estados de capitalismo central, cuja economia seria diretamente afetada para manter a hegemonia dos EUA. Em outro ponto, não por acaso o crescimento da China (gráfico 3) ocorre *pari passu* com a diminuição da presença japonesa. De maneira geral, também não há uma reversão total do padrão de internacionalização que simule algo similar à decomposição do padrão-ouro na transição entre as décadas de 1920 e 1930. No conjunto, a internacionalização aparenta ir na direção da China, ainda que esse movimento seja limitado pela não abertura das contas de capital chinesas.

Para completar a fotografia, uma análise do processo de formação do capital monopolista chinês se faz necessária, na medida em que o nexos que se busca completar é o da materialização do hibridismo na transição socialista chinesa, na forma da sua mimese do capital monopolista financeiro.

* Doutorando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Coordenador dos cursos de especialização “China Contemporânea” e “Mudança Global do Clima” e vice-coordenador do Centro de Estudos Globais e China da PUC-Minas.

► Texto recebido em 23 de outubro de 2024; aprovado em 27 de novembro de 2024.

AIGINGER, Karl; RODRIK, Dani. Rebirth of industrial policy and an agenda for the twenty-first century. **Journal of Industry, Competition and Trade**, v. 20, p. 189-207, January 6, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10842-019-00322-3>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

AMIN, Samir. **Accumulation on a world scale: a critique of the theory of underdevelopment**. New York: Monthly Review Press, 1974.

_____. A note on the concept of delinking. **Review**, n. 10, v. 3, p. 435-444, 1987. Disponível em: <www.jstor.org/stable/40241067>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. China 2013. **Monthly Review**, v. 64, n. 10, 2013. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2013/03/01/china-2013>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

_____. China, market socialism, and U.S. hegemony. **Review**, v. 28, n. 3, p. 259-279, 2005. Disponível em: <www.jstor.org/stable/40241635>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. **Delinking: towards a polycentric world**. London: Zed Books, 1990.

_____. Geopolitics of contemporary imperialism. In: BORÓN, Atílio (Ed.). **New worldwide hegemony: alternatives for change and social movements**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 71-107.

_____. **Modern imperialism, monopoly finance capital, and Marx's law of value**. New York: Monthly Review Press, 2018.

_____. **Russia and the long transition from capitalism to socialism**. New York: Monthly Review Press, 2016.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARTNER, Annamária. A new world is born: Russia's anti-imperialist fight in Ukraine. **International Critical Thought**, v. 13, n. 1, p. 37-55, March 27, 2023a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2023.2186015>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. Can China lead the change of the world?. **Third World Quarterly**, v. 41, n. 11, p. 1881-1899, August 4, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01436597.2020.1793664>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. Global encirclement and prospects of socialism in the 21st century. **Russia in Global Affairs**, v. 21, n. 4, p. 96-122, October-December 2023b. Disponível em: <<https://doi.org/10.31278/1810-6374-2023-21-4-96-122>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. Samir Amin and Eastern Europe. **Review of African Political Economy**, v. 48, n. 167, p. 142-152, March 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03056244.2021.1881769>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Monopoly capital**. New York: Monthly Review Press, 1966.

BONVILLIAN, William B. Emerging industrial policy approaches in the United States. **Information Technology and Innovation Foundation**, October 2021. Disponível em: <<https://www2.itif.org/2021-industrial-policy.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2023.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHANG, Ha-Joon; ANDREONI, Antonio. Industrial policy in the 21st century. **Development and Change**, v. 51, n. 2, p. 324-351, January 11, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/dech.12570>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

DAVIES, Robert William. Gorbachev's socialism in historical perspective. **New Left Review**, v. 179, 1990, p. 5-28.

DENG, Xiaoping. Peace and development are the two outstanding issues in the world today. **Marxists Internet Archive**, March 4, 1985a. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1985/213.htm>. Acesso em: 4 out. 2023.

_____. Speech by chairman of the delegation of the People's Republic of China, Deng Xiaoping, at the Special Session of the U.N. General Assembly. **Marxists Internet Archive**, 2003. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm>. Acesso em: 6 jul. 2023.

_____. There is no fundamental contradiction between socialism and a market economy. **Marxists Internet Archive**, October 23, 1985b. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1985/20.htm>. Acesso em: 29 fev. 2024.

_____. To build socialism we must first develop the productive forces. **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1980/101.htm>. Acesso em: 29 fev. 2024.

_____. To uphold socialism, we must eliminate poverty. **Marxists Internet Archive**, April 26, 1987. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1987/133.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

_____. Uphold the four cardinal principles. **Marxists Internet Archive**, March 30, 1979a. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1979/115.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

_____. We can develop a market economy under socialism. **Marxists Internet Archive**, November 26, 1979b. Disponível em: <www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1979/152.htm>. Acesso em: 16 jul. 2023.

DESAI, Radhika. **Capitalism, coronavirus and war**. London: Routledge, 2022a. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9781003200000>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. **Geopolitical economy**: after US hegemony, globalization and empire. London: Pluto Press, 2013.

_____. Geopolitical economy: the discipline of multipolarity. **Valdai Papers**, v. 24, 2015.

_____. Guns without butter. **Sidecar**, May 5, 2022b. Disponível em: <<https://newleftreview.org/sidecar/posts/guns-without-butter>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. The long shadow of Hiroshima: capitalism and nuclear weapons. **International Critical Thought**, v. 12, n. 3, p. 349-369, April 8, 2022c. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2022.2051582>>. Acesso em:

DUMÉNIL, Gerard, LÉVY, Dominique. **The crisis of neoliberalism**. Massachusetts: Harvard University Press, 2011.

DUNFORD, Michael. The Chinese path to common prosperity. **International Critical Thought**. V. 12, n. 1, p. 35-54, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2022.2025561>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FRANK, Andre Gunder. **ReOrient**: global economy in the Asian age. Santa Barbara: University of California Press, 1998.

FELDMANN, Daniel. No curto prazo todos estaremos mortos: apontamentos críticos sobre o novo consenso keynesiano. **Blog da Boitempo**, 27 mai. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/05/27/no-curto-prazo-todos-estaremos-mortos-apontamentos-criticos-sobre-o-novo-consenso-keynesiano>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FOSTER, John Bellamy. Foreword to China's economic dialectic. **World Review of Political Economy**, v. 10, n. 3, p. 414-420, 2022a. Disponível em: <<https://doi.org/10.13169/worlrevipoliecon.13.3.0414>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. Late imperialism. **Monthly Review**, v. 71, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2019/07/01/late-imperialism>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

_____. Monopoly-finance capital. **Monthly Review**, v. 58, n. 7, 2006. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2006/12/01/monopoly-finance-capital>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

_____. "Notes on exterminism" for the twenty-first-century economy and peace movements. **Monthly Review**, v. 74, n. 1, 2022b. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2022/05/01/notes-on-exterminism-for-the-twenty-first-century-ecology-and-peace-movements>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

_____. **The theory of monopoly capitalism**. New York: Monthly Review Press, 1986.

_____. What is monopoly capital?. **Monthly Review**, v. 68, n. 8, January 1, 2018. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2018/01/01/what-is-monopoly-capital>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

_____; JONNA, R. Jamil. Monopoly and competition in twenty-first century capitalism. **Monthly Review**, v. 62, n. 11, 2011. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2011/04/01/monopoly-and-competition-in-twenty-first-century-capitalism>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

_____; MCCHESENEY, Robert W. **The endless crisis**: how monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from the USA to China. New York: Monthly Review Press, 2012.

GILPIN, Robert. Where does Japan fit in?. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 18, n. 3, p. 329-342, 1989. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/03058298890180030301>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

HAMEIRI, Shahr. COVID-19: is this the end of globalization?. **Contemporary International History**, v. 76, n. 1, p. 30-41, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020702020985325>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

- HARVEY, David. Neoliberalism “with Chinese characteristics”. In: _____. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 120-151.
- HAVELI, Joseph. The contemporary significance of Baran and Sweezy’s notion of monopolistic capitalism. In: JARSULIC, Marc (Ed.). **Money and macro policy**. Dordrecht: Springer, p. 109-133, 1985. (Recent Economic Thought Series, v. 5). Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-94-015-7715-1_6>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- HEILMANN, Sebastian. **Red Swan**: how unorthodox policy-making facilitated China’s rise. Hong Kong: The Chinese University of Hong Kong Press, 2018.
- HILFERDING, Rudolf. **Finance capital**: a study of the latest phase of capitalist development. London: Routledge, [1910] 1981.
- KANELIS, Elias. The need for a radical alternative: an interview with István Mészáros. **Monthly Review**, January 1, 2000. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2000/01/01/the-need-for-a-radical-alternative>>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- KHADAN, Jeetendra; HILL, Sam. The global economic outlook in five charts. **World Bank Blogs**, January 10, 2023. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/global-economic-outlook-five-charts-0>>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- KOTZ, David M. Stagnation and institutional structures. **Review of Radical Political Economics**, v. 51, n. 1, 2018, p. 5-30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0486613416673472>>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- KUCHLER, Barbara. Where does money come from?: the dual circuit of money creation. **Social Science Information**, v. 6, n. 2-3, p. 217-244, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/05390184221107319>>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Rio de Janeiro: Navegando Publicações, [1917] 2011.
- _____. Our foreign and domestic position and party tasks. **Marxists Internet Archive**, [1920] 2002. Disponível em: <www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/nov/21.htm>. Acesso em: 29 set. 2023.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, [1923] 2003.
- _____. **Lênin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo, Boitempo, [1924] 2012.
- MAGDOFF, Harry; FOSTER, John Bellamy. **Imperialism without colonies**. New York: Monthly Review Press, 2003.
- MAGDOFF, Harry; SWEEZY, Paul M. **Dynamics of US capitalism**. New York: Monthly Review Press, 1972.
- MILIBAND, Ralph. Fukuyama and the socialist alternative. **New Left Review**, v. 193, p. 108-113, 1992.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1 — O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 3 — O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, [1894] 2017.
- MÉSZÁROS, István. **Beyond capital**. New York: Monthly Review Press, 1995.
- _____. Chávez e China são os destaques do século XXI, diz filósofo Mészáros. [Entrevista cedida a] Eleonora de Lucena. **Folha de S.Paulo**, 17 nov. 2013. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/11/1372042-chavez-e-china-sao-os-destaques-do-seculo-21-diz-o-filosofo-meszaros.shtml>>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. Prefácio à edição brasileira. In: _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 21-36.
- NAUGHTON, Barry. China’s economy: complacency, crisis & the challenge of reform. **Dædalus**, v. 143, n. 2, p. 13-25, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/DAED_a_00269>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. The integration of China into global capitalism. **International Critical Thought**, v. 3, n. 2, p. 146-158, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/21598282.2013.787248>>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- RILEY, Dylan. Brenner, Robert. Seven contradictions on American politics. **New Left Review**, n. 138, 2022. Disponível em: <<https://newleftreview.org/issues/ii138/articles/dylan-riley-robert-brenner-seven-theses-on-american-politics>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ROBERTS, Michael. A profits recession?. **The Next Recession**, July 14, 2019. Disponível em: <https://thenextrecession.wordpress.com/2019/07/14/a-profits-recession/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

RUBIO, Marco. American industrial policy and the rise of China. **Marco Rubio**, February 11, 2019. Disponível em: www.rubio.senate.gov/public/_cache/files/5922cc54-2966-48a1-8e88-f7b51bbeca06/D0E7312935012E-45F20C67A3450DDAFD.ndu-china-industrial-policy.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

SAAD-FILHO, Alfredo. From COVID-19 to the end of neoliberalism. **Critical Sociology**, v. 46, n. 4-5, p. 477-485, May 29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920520929966>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SIRIPURAPU, Anshu; BERMAN, Noah. Is industrial policy making a comeback?. **Council on Foreign Relations**, November 18, 2022. Disponível em: www.cfr.org/background/industrial-policy-making-comeback. Acesso em: 15 jul. 2023.

SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016.

SPELLMANN, Samuel. Mészáros' structural limits to capital and the limits to the war on China. **Critique**, v. 50, n. 2-3, p. 345-363, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03017605.2022.2123607>. Acesso em: 11 dez. 2024.

_____. LEITE, Alexandre César Cunha. Is there a Chinese monopoly finance capital?. **Boletim do Tempo Presente**, v. 8, n. 4, 201-227, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/12516>. Acesso em: 5 jul. 2023.

STAIANO, Maria Francesca. **Chinese law and its international projection**: building a community with a shared future for mankind. London: Springer, 2023.

STEINDL, Josef. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1983.

SWEETZ, Paul M. Monopoly capitalism. In: EARWELL, John; MILGATE, Murray; NEWMAN, Peter (Ed.). **Marxian economics**. London: Palgrave Macmillan, 1990. p. 297-303.

SWEETZ, Paul M. More (or less) globalization. **Monthly Review**, September 1, 1997. Disponível em: <https://monthlyreview.org/1997/09/01/more-or-less-on-globalization>. Acesso em: 8 nov. 2023.

_____. **Theory of capitalist development**. New York: Monthly Review Press, [1942] 1970.

SWEETZ, Paul M.; MAGDOFF, Harry. **Stagnation and the financial explosion**. New York: Monthly Review Press, 1987.

TARBUCK, Ken. Monopoly capital revisited. **Critique**, v. 23, n. 1, p. 101-125, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03017609508413388>. Acesso em: 11 dez. 2024.

UNCTAD. **World investment report**. Geneva: United Nations Commission for Trade and Development, 2024. Disponível em: <https://unctad.org/publications-search?f%5B0%5D=product%3A397>. Acesso em: 23 out. 2024.

VADELL, Javier; JABBOUR, Elias. Chinese embedded globalization: social-economic formations in dispute in world reordering. **Globalizations**, v. 21, n. 5, p. 931-949, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2024.2302197>. Acesso em: 11 dez. 2024.

WORLD BANK GROUP. **DataBank**: world development indicators. Washington, D.C.: World Bank Group, 2025 Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators/Series/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>. Acesso em: 8 jan. 2025.

XI, Jinping. **Hold high the great banner of socialism with Chinese characteristics and strive in unity to build a modern socialist country in all respects**: report to the 20th National Congress of the Communist Party of China. Beijing: Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, October 16, 2022.